

ATA DE REUNIÃO

Data: 10.07.2020

Local: reunião online

Presenças: Des^a. **CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ;**
Juiz **LEANDRO KREBS GONÇALVES;**
Juiz **EDSON PECIS LERRER;**
Juíza **RACHEL ALBUQUERQUE DE MEDEIROS MELLO;**
Juiz **MÁRCIO LIMA DO AMARAL;**
Juíza **ADRIANA KUNRATH;**
Servidor **JOÃO CARLOS GIROTTO;**
Servidor **LUIZ EDUARDO DE FREITAS;**
Servidor **RAFAEL SABINI SCHERER;**
Servidora **FABIANA PANDOLFO CHERUBINI.**

Convidados: Juiz **TIAGO MALLMANN SULZBACH;**
Servidora **ALESSANDRA PEREIRA DE ANDRADE.**

Secretária: Gabriela Balbinot (AGE)

Horário: 17h - 18h50min

Pauta: Apresentação do Plano de Enfrentamento do Resíduo de 2º Grau do TRT da 4ª Região

Aos dez dias do mês de julho de dois mil e vinte, às 17 horas, ocorreu reunião online do Comitê Gestor Regional para Gestão e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição contando com as presenças acima nominadas. A reunião foi conduzida pela Desembargadora Carmen Izabel Centena González conforme registro que segue: Des^a Carmen saudou os presentes e mencionou o plano de enfrentamento do resíduo da 4ª Região que, no primeiro semestre, por meio da atuação da Corregedoria Regional e dos Juízes e servidores de 1º grau, tornou possível julgar todos processos com prazo vencido para a prolação de sentença na instância. Comentou, também, os significativos esforços que vêm sendo envidados para reduzir o acervo de processos que aguardam o juízo de admissibilidade de recurso de revista. Destacou que no mês de setembro de 2020 o Tribunal será correccionado,

afirmando o preparo e a competência do Ministro Corregedor-Geral. Asseverou que os Tribunais que detêm resíduo de processos atrasados para julgamento serão cobrados com severidade na inspeção que será realizada. Mencionou que já se preocupava com o resíduo da 4ª Região em período anterior a sua eleição como Presidente, e que tem conversado com seus colegas a respeito do momento presente, onde não haverá reparos a serem feitos pelo Corregedor-Geral quanto ao resíduo de 1º grau e ao da Assessoria de Recurso de Revista, haja vista a quantidade de processos que já foram encaminhados nesses primeiros meses de gestão. No entanto, o resíduo acumulado pelo 2º grau é problema histórico, complexo e que diz respeito a todo o Tribunal, não cabendo buscar culpados pelo acúmulo de processos, mas sim trabalhar para resolvê-lo. Informou que recentemente instituiu grupo de trabalho para organizar o enfrentamento do resíduo de processos do 2º grau. Fez menção às comunicações que tem estabelecido com o Corregedor-Geral informando os esforços realizados, comprometendo-se a trabalhar para a solução dos processos pendentes e pedindo compreensão em face dos resultados do Tribunal, que estão alinhados para melhorar os aspectos desfavoráveis. Destacou que o trabalho realizado pelo grupo instituído foi muito bem feito e resultou em uma proposta de convocação que atendeu sua sugestão de que os 11 juízes mais antigos pudessem experimentar o trabalho na 2ª instância. Mencionou que, na lista de antiguidade nem todos poderão ser convocados, em respeito aos critérios estabelecidos na Resolução CNJ nº 72/2009. Prosseguiu informando que, apesar dos esforços dos juízes a serem convocados e do trabalho que seguirá sendo realizado pelos Desembargadores, ainda será necessária outra frente de trabalho para que o resíduo acumulado pelo 2º grau seja, de fato, equalizado até o final de 2020. Diante disso, comentou que a segunda proposta criada pelo grupo de trabalho, consta de convocações diferenciadas, denominadas “Mutirão”, onde maior número de juízes de 1º grau terão a oportunidade de participar, enquanto permanecem respondendo por sua jurisdição. Tal hipótese é considerada viável dada a redução da demanda de trabalho verificada no 1º grau, em razão das medidas sanitárias adotadas em face da pandemia covid-19, que ainda impossibilitam a realização de atividades presenciais. Explicou que essa segunda modalidade de convocações será organizada sob a forma de distribuição de pacotes de menor número de processos a maior quantidade de juízes. Juiz Tiago ressaltou que a AMATRA não integrou o grupo de trabalho que elaborou as propostas de convocação mencionadas mas que já houve reunião entre a associação e a Presidência para o alinhamento. Lembrou à Presidente a necessidade do comitê

eleger dentre seus membros um Coordenador. Des^a Carmen esclareceu que, em face da publicação de resolução pelo CNJ que veda a possibilidade deste comitê ser coordenado por juiz que integre a Administração, o Juiz Auxiliar da Presidência, que usualmente coordenava os trabalhos não mais poderá ser candidato. Sugeriu que também Juízes que sejam Diretores de Foros Trabalhistas não concorram haja vista o acúmulo de atribuições que já possuem. A seguir perguntou se algum dos integrantes se inscreveria. Juiz Márcio foi o único integrante presente que se inscreveu, restando escolhido como Coordenador. Des^a Carmen parabenizou-o e desejou-lhe boa gestão dos trabalhos do Comitê. Juiz Márcio, a seguir, agradeceu e deu as boas-vindas aos integrantes recém eleitos. Comentou que, em seu entender, as reuniões deste Comitê tem ocorrido muito espaçadamente, sendo sua intenção agendar reuniões mais frequentes para discutir os interesses de magistrados, servidores e jurisdicionados de 1º grau. A palavra foi passada à Assessora-Chefe da AGE, Gabriela, que apresentou o teor das duas minutas elaboradas pelo grupo de trabalho (convocações e mutirão), compartilhando os documentos na tela para visualização por todos. Juiz Tiago solicitou que na segunda minuta os prazos referidos nos artigos 5º e 6º constassem em dias úteis. Des^a Carmen mencionou que era isso mesmo e que pessoalmente faria a revisão do texto das minutas, repassando os arquivos à Gabriela para posterior envio ao todos os integrantes do Comitê. Juiz Tiago destacou sua participação na reunião desempenhando papel institucional de representante da AMATRA, e solicitou a confirmação de que o critério para as convocações seria objetivo, seguindo a ordem de antiguidade, o que foi confirmado quanto às convocações para as turmas e que por óbvio, respeitaria o interesse dos juízes em atuar no Tribunal. Des^a Carmen destacou a importância de possibilitar que os juízes de 1º grau vivenciem o trabalho na 2ª instância, reportando a importância e o reflexo que tal experiência propicia para sua atuação quando do retorno à jurisdição de origem. Mencionou também as principais diferenças do trabalho como magistrado quando se proclama uma sentença ou se defende um voto em sessão. Juiz Edson comentou que sua experiência no Tribunal foi muito enriquecedora e que, de fato, refletiu em suas sentenças tudo que a vivência no 2º grau propiciou. Quanto ao mutirão, destacou a questão da solidariedade, de todos colaborarem para resolver o resíduo e questionou se nessa modalidade de convocação também estariam impedidos os juízes que acumulam atribuições administrativas, já que não há vedação expressa como na minuta das convocações. Des^a Carmen comentou que, em seu entendimento, o Juiz Edson poderá participar do mutirão, caso se considere apto a

atender à demanda do pacote de processos distribuídos, contando com a força de trabalho de seu próprio assistente, enquanto acumula a direção do foro. Des^a Carmen destacou que a menção à força de trabalho que poderá auxiliar os juízes no mutirão diz respeito aos seus assistentes gratificados com FC05, ressaltando que a FC04 do assistente de execução existente nas unidades judiciárias de 1º grau não é formalmente destinada à elaboração de minutas de sentenças ou de votos, mas sim às secretarias para auxiliar nas atividades afetas à execução. Juíza Adriana questionou se, no caso da disponibilização de FC05 vaga de gabinete, o Juiz poderá nomear, enquanto durar a convocação, seu assistente FC04 para a FC05. Luiz Eduardo perguntou como ficarão as unidades de primeiro grau de onde forem afastados os juízes convocados. Juiz Leandro informou que, por se tratar de situação nova para a Corregedoria, e que enfrentará déficit de 16 ou 17 juízes, o Corregedor ainda está se organizando. Des^a Carmen mencionou que provavelmente o J2 substituirá o J1. Juiz Leandro mencionou que, em face do regime de lotação, dependerá os juízes que aceitarem as convocações, para que a Corregedoria possa se organizar. Mencionou ainda que quanto às sentenças, certamente o gabinete auxiliar da Corregedoria permanecerá à disposição. Rafael parabenizou a Presidente Carmen pela nota pública em que foi determinado que só será retomado o trabalho presencial na 4ª Região quando for seguro para todos. Acrescentou que a nota pública foi muito bem recebida. A seguir, mencionou que apesar do esforço para eliminar o resíduo de 2º grau ajudar a aliviar a sobrecarga de que se queixam os servidores dos gabinetes, sobrecarregar os servidores do 1º grau que não receberão nada mais por isso, diferentemente dos magistrados. Perguntou se foram realizados estudos acerca do impacto orçamentário dessas convocações. Des^a Carmen mencionou que os servidores manterão sua carga de trabalho. Trabalharão as horas habituais e receberão seu vencimento para isso. Destacou que neste período da pandemia, há servidores ociosos no 1º grau, a exemplo dos secretários de audiência. Quanto ao orçamento, mencionou a economia realizada neste primeiro semestre de 2020 em virtude da pandemia, que precisará ser executada até o final do exercício, o que auxilia a realização do projeto das convocações. Além disso, destacou que o estudo dos valores a serem pagos aos juízes constarão do PROAD que ficará disponível a todos para consulta. Fez um breve relato a respeito das obras já aprovadas e que serão realizadas na 4ª Região de acordo com o orçamento. Por fim, assegurou que há verba suficiente para a realização das convocações, apesar de não dispor no momento do exato valor para informar em face da pergunta realizada. Alessandra mencionou preocupação quanto à

sobrecarga de trabalho que a solução do resíduo de 2º grau trará para as secretarias de turmas. Questionou se serão convocados servidores para ajudar nas secretarias, pois algumas estão com déficit de servidores ou trabalhando em condição especial em face dos filhos pequenos nesse período de trabalho remoto. Desª Carmen afirmou que nada será alterado nas secretarias e argumentou que o que passará pelas secretarias é o que o Tribunal tinha que julgar pois o Corregedor-Geral virá em setembro e os processos precisam ser resolvidos. Eventuais problemas serão resolvidos pela Segjud, pelos Secretários e Presidentes de Turma e pela Presidência. Juiz Márcio solicitou manifestação do Comitê quanto às propostas de convocação, mencionando que encaminha seu voto favorável pois entende que este período de pandemia é a hora para essa iniciativa de resolver o resíduo do 2º grau, assim como foi resolvido o do 1º grau, que foi um marco importante para que todos possam trabalhar com mais tranquilidade sem o fantasma de resíduo que deixa a todos muito desconfortáveis no trabalho. Assim, encaminhou sua posição pelo apoio do Comitê à proposta, principalmente após os esclarecimentos prestados pela Desª Carmen e porque não vê sobrecarga de trabalho para os servidores no 1º grau, a depender de como for a situação das secretarias de turma. Juiz Edson manifestou integral apoio à iniciativa e compartilhou sua vivência quando esteve no Tribunal e percebeu que havia acúmulo de processos praticamente insuperável. Elogiou a inovação da iniciativa e reportou também entender ser este o momento oportuno para realizá-la. Juiz Tiago solicitou esclarecimento a respeito dos processos a serem distribuídos, perguntando se são apenas os novos e se haverá carga de processos para os juízes convocados. Foi respondido que todos os processos a serem distribuídos nas duas modalidades de convocações são antigos e que os juízes convocados receberão carga de 500 processos para os 5 meses de trabalho e que os do mutirão receberão pacotes de menor quantidade de processo, por contarem com menor estrutura de apoio que aqueles que se afastarão da jurisdição. Juiz Eduardo questionou acerca da fase processual daqueles que serão distribuídos. Desª Carmen esclareceu que serão distribuídos processos de conhecimento e de execução, estando incluídas as turmas julgadoras e a SEEx no projeto. Juiz Márcio questionou se os juízes que participarão do mutirão receberão a GEC-J acrescida da diferença de subsídio. Desª Carmen esclareceu que não. Explicou que receberão a GEC-J por 10 dias úteis a cada mês. Juíza Adriana manifestou-se a favor das propostas de convocação, destacando a qualidade do corpo de Juízes e servidores do TRT da 4ª Região e afirmou que se mantém positiva para que até o final do ano se possa resolver o

resíduo e comemorar juntos com o retorno ao trabalho presencial. Juíza Rachel registrou o ambiente favorável entre os juízes de 1º grau, comentando que já vêm de um período de muita colaboração e solidariedade, inclusive solicitando processos para ajudar uns aos outros a resolverem o resíduo que havia acumulado no 1º grau. Acrescentou que sente a diminuição do trabalho no momento e que podem realmente fazer mais, tanto quanto àqueles que serão de fato convocados, quanto aqueles que ficarem nas unidades sozinhos, pois também estarão ajudando no todo, o que oferece sensação de pertencimento. Desª Carmen perguntou se, por parte dos servidores, havia alguma ressalva ainda a ser assinalada ou se apoiam o projeto. Luiz Eduardo afirmou que ambas as propostas o surpreenderam positivamente, pois não esperava uma idéia tão ousada para quebrar o resíduo do 2º grau. Mencionou sua forma de trabalho, destacando que a idéia de produtividade lhe agrada muito. Afirmou que o cenário de trabalho no 1º grau realmente está propício para a realização dessas iniciativas e parabenizou a Presidente dizendo que projetos como esse devem ter êxito e serem cada vez mais frequentes nos Tribunais. Rafael afirmou que não se coloca contrário à solução do resíduo de 2º grau e que, de fato, considera que este é o momento para unidade, colaboração e solidariedade. Ressalvou que necessita discutir com a categoria a proposta e, como recém tomou ciência do projeto, absteve-se do voto. Juiz Márcio perguntou se mais alguém gostaria de registrar seu voto ou fazer alguma colocação. Diante do silêncio dos presentes, declarou o apoio do comitê às convocações propostas, registrando a abstenção do integrante Rafael. Desª Carmen afirmou que foi muito bom ouvir as colocações dos juízes e servidores que integram o Comitê e que dada a característica inovadora da proposta sabe que enfrentarão ainda dificuldades, mas que se mantém à disposição para tratar dos assuntos de acordo com as necessidades. Esclareceu que o próximo passo será apresentar a proposta em reunião institucional que ocorrerá na segunda-feira. Mencionou que terá sido importante fazer algo nesse período, não deixando o tempo passar sem tentar fazer o melhor possível para resolver o resíduo acumulado. Que se a 4ª Região alcançar um honroso terceiro lugar entre os Tribunais de grande porte, estará satisfeita. Destacou a dificuldade com o déficit de servidores, problema para o qual não há solução, buscando da melhor forma possível prover as vagas dentro dos meios legalmente admitidos. Ressaltou a manifestação da Juíza Rachel, no que diz respeito à possibilidade que se apresentará para que também os juízes substitutos possam viver a experiência de assumir as unidades onde os titulares estiverem afastados. Por fim, informou que o projeto das promoções segue em andamento e em setembro

será possível promover alguns juízes. Elogiou a força e o empenho da grande maioria dos servidores e magistrados da 4ª Região. Juiz Márcio deixou aberta a possibilidade para que sempre que a Presidente queira e possa, participe das reuniões deste Comitê, destacando que o Juiz Adriano a representa muito bem neste ano. Solicitou à Gabriela que envie e-mail a todos os integrantes solicitando sugestões de pauta, dado que possuem 6 meses de trabalho pela frente até o encerramento do atual mandato, e que ao final de julho ou início de agosto já ocorra a próxima reunião. Agradeceu a presença de todos, em especial da Presidente Carmen. Reunião encerrada às 18h50min, ata redigida pela servidora Gabriela Balbinot, Assessora-Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais - AGE, e enviada a todos por meio eletrônico para validação.